

Cultura e Educação Intercultural: A Integração das Minorias Étnicas em Portugal

Aline Bazzarella Merçon (*)

Manuel Ferreira Rodrigues (**)

Nobre dos Santos (***)

Introdução

Pretendemos com este trabalho, reconhecer e compreender o papel da pessoa como indivíduo, as suas interrelações e as suas relações com o mundo, entendendo que a natureza do ser humano é dupla, envolvendo as dimensões individual e social. Nesse sentido, a justificativa do estudo parte do pressuposto de que a diversidade trazida pelos imigrantes é um fator de desenvolvimento cultural, econômico, social e vem reforçar a importância da harmonia e entendimento dos povos. Logo, julgamos pertinente compreender a presença das minorias étnicas no contexto internacional. Atualmente, a população portuguesa é culturalmente diversificada. Não obstante, o processo de integração dessas comunidades na sociedade portuguesa registra, por vezes, dificuldades, mas nada parecido com o que se passa noutras sociedades europeias.

Neste estudo predomina uma revisão bibliográfica onde expomos e esclarecemos os conceitos e as diferentes opiniões de alguns autores referentes à cultura e aos ideais de interculturalidade. A partir desta reflexão, percebemos a relevância da efetiva inserção das diversidades e das relações interculturais em Portugal.

Num primeiro momento, faremos uma menção aos conceitos de cultura de modo a introduzir, no segundo tópico, a questão da educação multi-intercultural. Por fim, verificamos algumas medidas implementadas em Portugal para a integração das minorias étnicas. Diante do cenário de heterogeneidade cultural com que as sociedades se apresentam, pretendemos salientar o princípio da realidade da igualdade de oportunidades a fim de incentivar o combate aos possíveis comportamentos de preconceito e intolerância.

(*) Mestre em Ciências da Educação pela Universidade de Aveiro – Portugal. E-mail: alinebmercon@ua.pt .

(**) Professor Doutor do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro. E-mail: mfr@ua.pt .

(***) Professor Doutor do Departamento de Português da Faculdade de Ciências da Linguagem, Comunicação e Artes da Universidade Pedagógica de Moçambique. E-mail: nobresantoss@yahoo.com.br .

Cultura e relações interculturais

O ser humano é parte da natureza e do ambiente, sua essência necessita ser cultivada, conseqüentemente, o meio social é essencial para o desenvolvimento do homem e da cultura que não se fazem isoladamente (Eagleton, 2003). O termo *cultura* é um dos mais vastos e complexos da língua portuguesa.

A raiz latina da palavra ‘cultura’ é *colere*, o que significa qualquer coisa, desde cultivar e habitar a adorar e proteger. Mas *colere* também desemboca, via o latim *cultus*, no termo religioso ‘culto’, assim como a própria ideia de cultura vem na Idade Moderna a colocar-se no lugar de um sentido desvanecente de divindade e transcendência. Verdades culturais, trate-se da arte elevada ou das tradições de um povo, são algumas vezes verdades sagradas, a serem protegidas e reverenciadas (Eagleton, 2003, p. 10).

No que diz respeito às Ciências Sociais, durante o século XVIII ou das Luzes, o conceito de “cultura” utilizado associava-se por vezes a palavra “civilização”. Essa associação dos termos induzia que o “progresso nasce da instrução” (Cuche, 2003, p. 32).

Progressivamente, a palavra desembaraça-se dos termos que a determinam e acaba por ser usada isoladamente para designar a “formação, a educação” do espírito. Passa-se de “cultura” como ação (ação de instruir) à “cultura” como estado (estado do espírito cultivado pela instrução, estado do indivíduo “que tem cultura”) (Cuche, 2003, p. 31).

Nessa época, a definição de cultura concorre com o significado de civilização, que procura incorporar ao termo ideias de progresso, modos de vida, riquezas materiais etc. O conceito de civilização mensurava e acentuava as diferenças existentes entre as sociedades, a partir de seus diversos níveis de desenvolvimento tecnológico e material, não valorizando os conhecimentos das sociedades primitivas (Felgueiras & Vieira, 2010).

Se certos povos estão mais avançados que outros nesse movimento, estão mesmo tão avançados que podem considerar-se, doravante, e já “civilizados”, todos os povos, incluindo os mais “selvagens”, têm a vocação de entrar no mesmo movimento de civilização, tendo os mais avançados o dever de ajudar os mais fracos a recuperarem o seu atraso (Cuche, 2003, p. 31).

Para Denys Cuche (2003), Terry Eagleton (2003) e Margarida Felgueiras & Carlos Eduardo Vieira (2010) não existem grupos mais ou menos civilizados ou níveis de maior ou menor grau de desenvolvimento cultural: “Todas as culturas estão envolvidas umas com as outras; nenhuma é isolada e pura, todas são híbridas, heterogêneas, extraordinariamente diferenciadas e não monolíticas” (Said, 1993, *apud* Eagleton, 2003, p.p. 28-29).

Concordamos que o homem é um ser cultural. Convém salientar que a cultura varia de acordo com as sociedades e que cada cultura possui a sua especificidade, contém uma face do humano. De fato, não existem culturas superiores a outras.

A relação intercultural atual conduz a uma renovação do conceito de cultura, pois “nenhuma cultura ‘existe em seu estado puro’, idêntica a si própria desde sempre, sem ter jamais conhecido a mínima influência exterior. Toda cultura é um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução” (Bader, 2008, p. 107). Por outro lado, a cultura pode modificar-se a cada momento não sendo estática: “É uma elaboração quase permanente em relação com o quadro social ambiente e as modificações deste último” (Cuche, 2003, p. 171). Sua transmissão não provém da hereditariedade/herança, não se transmite através dos genes.

O conceito de cultura foi desenvolvido pelos antropólogos e passa a ser pensado a partir de uma visão mais descritiva. Afirma-se como “todo o complexo que compreende o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade” (Cuche, 1999, *apud* Felgueiras & Vieira, 2010, p. 20). Os estudos sobre o conceito de cultura iniciam-se e desenvolvem-se, principalmente nos Estados Unidos da América, através da Antropologia. Sua significação antropológica expandiu-se permitindo a variedade de sua especificação, como por exemplo cultura popular, cultura das minorias, cultura política, cultura étnica, entre outras (Oliveira, 2001).

Nesse contexto, emergem as discussões sobre as diferenças culturais apresentadas pelos imigrantes de diversas origens instalados nos países receptores. Como ocorreu na França, dos anos 1980, surgindo a expressão “cultura dos imigrados” devido ao considerável número de imigrantes e suas famílias que chegavam aos países da Europa. À medida que se constatava que esses imigrantes tencionavam se estabelecer, aumentavam as preocupações dos países de destino com relação à integração e às diferenças culturais dos recém-chegados (Cuche, 2003).

O uso da expressão “cultura dos imigrados” sugere uma noção de “cultura de origem”, portanto, a existência de uma cultura particular. A cultura não é estática, é passível de mudança, não é algo a ser transportado para um novo contexto, o que se desloca são os sujeitos. Esses são desafiados a adaptarem-se a uma outra cultura, como também a se desenvolverem no processo de troca de experiências através do contato com culturas

diferentes. Essa proximidade entre indivíduos que manifestam variadas culturas é susceptível a transformações culturais e assim “emanarão novas elaborações culturais” (cf. Cuche, 2003, p. 165).

Reconhecemos que nem todos os migrantes possuem a mesma posição social, o que os diferencia quanto às suas relações com a “cultura de origem”. Outra questão a ser considerada é a diversidade entre eles próprios numa mesma sociedade o que conduz a um impasse em preservar essa expressão. Portanto, a discussão sobre a cultura dos imigrantes não deve limitar-se à questão das origens ou raízes, pois a cultura encontra-se constantemente em construção e evolução (Cuche, 2003).

As sociedades tradicionais encontram-se em contraste com as sociedades modernas. A primeira tem como característica valorizar e conservar as tradições e os costumes mantendo seus símbolos. Diferente do que ocorre nas sociedades modernas, que devido a interconexão de diferentes povos, ao ritmo acelerado e a facilidade de acesso às informações, as práticas sociais e as identidades estão passíveis a mudanças constantes (Hall, 2006).

No âmbito da globalização, reconhecemos que os novos meios de comunicação e de transporte ocasionam uma contração do espaço e do tempo, ampliando o leque de fatores que levam alguns setores da população a emigrar. Essa realidade promove novos desafios transformando nossa dinâmica de vida em um encontro de culturas diferentes, permitindo a construção do sujeito inter e pluricultural (Felgueiras & Vieira, 2010).

Inquirir nossa identificação étnica ou diferenciarmo-nos através da divisão dos valores coletivos de uma dada sociedade, não é viável. Considerar outras comunidades como “estranhas ou ininteligíveis”, julgar os modos de vida que nos parecem inexplicáveis, nos causam desconfiança, ou não nos familiarizamos, de fato são aspectos diferenciadores, mas não para resguardar uma barreira entre as comunidades (Bader, 2008).

A existência de moldes, interpretações e condutas culturais identificáveis em expressões comuns e coletivas, tendem a persistir ao tempo e são transmitidas de geração em geração. Surgem traços étnicos que limitam essas expressões e condicionam, de certa forma, as gerações subsequentes as mesmas percepções, atitudes e hábitos, independentemente de seu desejo. Portanto, surgem padrões de comportamentos vistos como aceitos ou não pela sociedade. Muitas vezes essas repetições conservam os costumes e tradições de um povo, como também, os preconceitos (Bader, 2008).

Na atualidade, as sociedades são cada vez mais pluriculturais. Logo, é necessário o contato com outras comunidades, a fim de estabelecer a aceitação e o respeito pelas diversidades, vencendo as defesas do “nós”, que nos impedem de enxergar e nos aproximar “deles”. As fronteiras que diferenciam os indivíduos entre si e mantêm as divisões étnicas, culturais, sociais e econômicas dificultam a convivência, a partilha de experiências e a comunicação nas relações intergrupais (Bader, 2008).

Nessa construção, surge a questão da identidade. A identidade unificada desde o nascimento é apenas um meio de construirmos nossa estória. O sujeito pode assumir identidades diferentes ao longo da vida, em diferentes momentos, transformando-se de acordo com a multiplicidade de identidades possíveis que nos aproximam e nos identificamos. Na opinião de Stuart Hall (2006) o sujeito

pós-moderno conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (p. p. 12-13).

Observamos nas relações sociais intergrupais, um conjunto de traços culturais distintos, demonstrando a diversidade das identidades. Esse fenômeno nos permite compreender as diferenças individuais, o sentimento de pertença e a tendência à preservação da cultura grupal pelos sujeitos (idem, 2006).

Multiculturalidade, interculturalidade e educação

Nos séculos XX e XXI, a humanidade foi e tem sido desafiada a pensar no mundo como uma sociedade global. Portanto, os acontecimentos universais econômicos, políticos, demográficos, geográficos, históricos, sociais e culturais permitiram aos indivíduos a intensificação das relações em escala mundial. As relações sociais contemporâneas reivindicam o reconhecimento das distintas formas de vida e diversidades existentes nas sociedades, à conscientização do todo multifacetado. Logo, os ideais de “multiculturalidade e interculturalidade” são indispensáveis na construção do nosso trabalho.

O movimento que deu origem ao multiculturalismo teve início na década de 60, nos Estados Unidos da América, decorrente do processo de descolonização africana, despertando nos negros americanos sentimentos de valorização de suas origens. Suas conseqüentes revoltas envolveram, posteriormente, mulheres, estrangeiros em geral e outros grupos,

reivindicando não somente o reconhecimento cultural, mas o combate às desigualdades e discriminações raciais e sociais (Silva, 2008). O termo multiculturalismo

se emprega para designar o impacto sobre as culturas minoritárias quando estas coabitam com a cultura dominante, que se confunde muitas vezes com a cultura da maioria, escapando esta ao multiculturalismo e permanecendo fora da esfera multicultural, pelo que o termo se presta tanto a uma abertura e reconhecimento, quanto a um fechamento e negação do pluralismo (OCDE, 1989, *apud* Silva, 2008, p. 22).

O ideal de multiculturalidade surge então como uma reação

às ideologias reprodutoras de discriminação e como possibilidade de construção de atitudes democráticas viabilizadoras de convivências sociais humanizadoras entre as diversas culturas, na intenção da concretização da unidade na diversidade. É uma construção histórica, fruto de um processo de luta e embate social, não sendo, portanto, um fenômeno natural, espontâneo. No dizer freireano, implica a convivência democrática de diversas culturas num mesmo espaço social. (...) não se constitui na justaposição de culturas, (...) mas na liberdade conquistada, no direito assegurado de mover-se cada cultura no respeito uma da outra, correndo risco livremente de ser diferente, sem medo de ser diferente (...) somente como se faz possível crescerem juntas e não na experiência da tensão permanente (Paulo Freire, 1992, *apud* Mendonça, 2008, p. 141).

No cenário cultural, a afirmação identitária de cada grupo social representa um conjunto de tradições, crenças, costumes e comportamentos e são essas diversidades que compõem o traço principal da multiculturalidade. Uma característica observável da atitude multiculturalista funda-se na igualdade de valor de todas as culturas, reconhecendo seus contrastes e não somente quando de acordo com os próprios interesses da maioria.

Segundo Carlos Manuel Cardoso (1996, p. 12) existem três modelos ideológicos para a compreensão da educação multicultural, a saber: “o assimilacionismo, o integracionismo e o pluralismo”. Correspondem às principais etapas da evolução histórica do multiculturalismo, admitindo-se diferentes interpretações.

O assimilacionismo representa um processo social que propõe a eliminação das barreiras culturais existentes entre as majorias e minorias étnicas. Desde que o grupo das minorias assuma a cultura dominante e renuncie aos valores de sua própria cultura. O assimilacionismo traduz a primeira etapa da história do multiculturalismo, corresponde aos fins dos anos 60 e 70 nos países ocidentais desenvolvidos tais como Estados Unidos da América e Reino Unido, essa corrente monocultural sugere ao grupo cultural minoritário a rejeição dos traços de sua cultura nativa para assimilar a cultura dominante considerada superior. O processo de integracionismo permite a liberdade de expressão das diversas

identidades culturais pelas minorias étnicas, desde que essas posições não entrem em conflito, desequilíbrio ou ameacem a cultura dominante. Desvaloriza as inter-relações, implicitamente esse modelo pretende tornar todos similares (isolando os grupos, categorizando-os, hierarquizando-os) dentro de uma única cultura ou homogeneidade cultural. Por sua vez, o pluralismo expressa a coexistência das culturas dos distintos grupos étnicos numa mesma sociedade.

Assim, sociedade pluralista seria aquela em que os indivíduos manteriam as suas identidades culturais, isto é, a plena liberdade de participar numa vida cultural e social própria em circunstâncias iguais às das outras culturas. Teriam, além disso, a liberdade de escolha fora do seu contexto cultural, ou seja, a possibilidade de aceder a estratos sociais superiores da sociedade alargada e de participar numa vida cultural e social diferente (Cardoso, 1996, p. 14).

Convém ressaltar que sempre existiram sociedades multiculturais, isso pode ser observado com frequência nas grandes metrópoles devido à movimentação e à variedade das populações que a constitui; a diversidade está presente a todo momento. Mas o multiculturalismo não se resume a essa constatação. A noção de multiculturalismo deve ser associada a uma política multicultural, que promova e reconheça a igualdade de tratamento aos diversos grupos, conservando a dignidade política e a expressão cultural desses indivíduos. Existem várias versões do multiculturalismo “algumas mais conservadoras, outras mais progressistas, algumas mais autoritárias, destinadas a assegurar a paz social. Outras mais democráticas, procurando promover a participação social e política de todos os minoritários” (Cuche, 2003, p. 167).

Denys Cuche (2003) e Maria do Carmo Silva (2008) concordam que o indivíduo é singular, tem seu valor e possui o pleno direito de manifestar e conservar sua cultura e tradições. Desde que as diversidades incentivem o desenvolvimento do diálogo sócio cultural e reúnam-se para transformar as sociedades e suas inter-relações. Os imigrantes, por exemplo, vivem uma situação de dualidade cultural ou biculturalismo, pois necessitam manter sua própria cultura e ao mesmo tempo adotar a cultura imposta pelas sociedades de acolhimento. Esses indivíduos carecem integrar-se, e por outro lado, conquistar um espaço nas sociedades receptoras superando a hierarquia cultural que desprestigia as minorias pobres. Convivem com dilemas pessoais constantes, pois são desafiados a transpor preconceitos e revelar quanto as diversidades culturais podem ser enriquecedoras, válidas e tão significativas como a própria. Esses conflitos conduzem à discussão sobre a importância

da multiculturalidade estar direcionada em defesa dos direitos humanos universais (Silva, 2008).

Para conceber a igualdade de oportunidade para todos é necessário que os grupos minoritários e majoritários possuam os mesmos direitos fundamentais. Reconhecemos a importância do respeito ao direito de pertença do indivíduo a um grupo social, cultural ou religioso. A esse propósito, James Banks define o termo como “an reform movement designed to restructure schools and other educational institutions so that students from all social-class, racial, cultural and gender groups will have an equal opportunity to learn”¹ (1994, p. 10). Defendendo através da disseminação da educação multicultural, a valorização do reconhecimento das diversidades e a importância de se construir nos indivíduos ideais e atitudes de contestação dos preconceitos.

Nesse percurso, definimos o conceito de interculturalismo e suas ações. O ideal teórico interculturalista surge em meados da década de setenta em oposição ao multiculturalismo enquanto modelo de integração étnico cultural. A corrente multicultural passa a ser censurada pois esse conceito implica em uma “concepção estática de cultura” (Martins, 2008, p. 32). Os indivíduos interagem entre si e compartilham de culturas diferenciadas, ou seja, o desenvolver das diversidades culturais nas sociedades acontece através dos contatos e troca de conhecimentos e experiências, provocando mudanças contínuas nos padrões culturais e sociais dos grupos. Percebemos portanto que a perspectiva interculturalista é mais abrangente do que a noção de multiculturalismo (Martins, 2008).

Logo, o despontar do novo ideal interculturalista assume a posição global de evitar conflitos culturais, tais como o racismo e a xenofobia, e também promover “a plenitude dos direitos, a igualdade de oportunidades e a reciprocidade de relação para todos os cidadãos, todos os grupos, todas as comunidades” (Rocha-Trindade, 1995, apud Martins, p. 33).

Os termos *multiculturalismo* e *interculturalismo* geralmente confundem-se manifestando aparentemente o mesmo conceito. Esclareceremos, portanto, essa diferença, o primeiro mais usado na literatura anglo-saxônica e o segundo na francesa. O conceito “multicultural” está associado à presença da diversidade cultural dos variados grupos em uma sociedade e do “intercultural” provém do diálogo, da importância dada à comunicação, ao reconhecimento e à ação, designados aos indivíduos, grupos, organizações pertencentes e

¹ Um movimento de reforma projetado para reestruturar escolas e outras instituições educativas para que os estudantes de todas as classes sociais, raciais, culturais e grupos de gênero tenham a mesma oportunidade de aprender.

originárias de diversas culturas (Silva, 2008). De acordo com Miranda (1994, p. 19), o interculturalismo surge, então,

como uma resposta para os problemas de comunicação e de inter-relação das nossas sociedades multiculturais e multilíngues. É uma alternativa viável para promover o respeito pelas diferentes culturas que devem coexistir.

A aproximação intercultural é essencial para o encontro entre o universal e o individual visa buscar o autoreconhecimento, a troca e a participação dos sujeitos em outras culturas, “et moi, l’autre et le même, l’ouverture au monde et la reconnaissance de soi. Il s’agit, en un mot, de sauvegarder le Multiple, en construisant l’Un”² (Hannoun, 1987, p. 104). O diálogo intercultural é indissociável da tolerância, tal qual, transforma o confronto em encontro de solidariedade entre culturas.

O contexto heterogêneo de estilos de vida dos distintos grupos requer o reconhecimento de sua própria cultura e a superação das diferenças, em prol, de uma sociedade plural e em movimento. Necessitamos desfazer a imagem massificada por raízes e princípios da cultura dominante, a fim de, sustentar um ideal de integração pluralista para a construção da coexistência pacífica e aberta (Perotti, 1997) e (André, 2005). Destacamos a postura ideológica interculturalista de forma que

trata da construção de uma sociedade aberta, que apesar de consciente do choque de culturas encontra-se receptiva ao exercício de crítica e da postura ética, na defesa de princípios e valores humanos que respeitem a alteridade. Numa perspectiva sociológica global, o interculturalismo é uma atitude humanista que deseja o diálogo, o respeito pelas diferenças e a compreensão mútua. Numa perspectiva educacional, o interculturalismo baseia-se sobretudo nos processos educativos reflexivamente concebidos, promotores de pluralismo e da igualdade de oportunidades educativas e sociais (Araújo, 2008, p. 58).

Para alguns autores a noção de interculturalidade exerce papel sob perspectivas e vertentes políticas, científicas, como também educacionais. Nesse contexto, notamos a indispensabilidade da promoção da educação intercultural nas instituições. As sociedades são multiétnicas e multiculturais, e conseqüentemente as políticas e práticas educacionais cotidianas devem acompanhar o ritmo para o reconhecimento das diversidades.

Não se resume à aceitação das diferenças, mas facilitar o conhecimento mútuo para o enriquecimento sócio cultural das comunidades locais e globais. De acordo com Abdallah-

² O autoreconhecimento do eu e do outro na abertura para o mundo. É, enfim, resguardar a multiplicidade em construção do uno.

Pretceille (1999) “L’intercultural se place d’emblée à la frontière entre le savoir et l’agir. Il s’appuie sur une imbrication étroite des dimensions sociales et scientifiques, de la réflexion et de l’action”³ (p. 52). É crucial que os educadores rompam fronteiras do pensamento e da experiência desenvolvendo a capacidade do olhar além do indivíduo, possibilitando a tradução das culturas em ações pedagógicas decorrentes da compreensão do todo multifacetado.

Para que os jovens absorvam valores e comportamentos solidários e aprendam a conviver com povos e culturas distintas, necessitamos da intervenção da educação intercultural face ao ambiente escolar, como um veículo substancial na transmissão dos ideais interculturalistas. Assumir uma orientação pedagógica voltada para o respeito e a partilha de culturas é um meio de transformar esse ideal em realidade (Stoer & Cortesão, 1999).

A efetivação da interculturalidade através da educação para os direitos do homem constitui o encontro do outro em sua universalidade, desenvolvendo no indivíduo a capacidade e o sentimento de transformação. Para resguardar o direito de ser homem é fundamental identificar o propósito dos direitos do Homem, a partir da aprendizagem e olhar crítico, para uma participação ativa na vida democrática (Perotti, 1997).

No âmbito da legislação, Portugal avança timidamente no que diz respeito ao desenvolvimento da educação multicultural, como consta na Constituição da República Portuguesa, no artº. 74º, 1, onde determina que “todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar” (Sérgio, 2007). Como também garante o artº 74º, 2, salienta que o

ensino deve contribuir para a superação de desigualdades econômicas, sociais e culturais, habilitar os cidadãos a participar democraticamente numa sociedade livre e promover a compreensão mútua, a tolerância e o espírito de solidariedade” (Cardoso, 1996, *apud* Giardinetto, 2000, p. 119).

Contudo, o governo português somente efetiva as questões multiculturais na década de 1990, através do Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural (SCOPREM), por meio do Despacho nº 170/ME/93 do Ministério da Educação (Giardinetto, 2000).

³ O interculturalismo é colocado imediatamente na fronteira entre o conhecimento e a ação. É baseado em um estreito entrelaçamento social e científico de reflexão e ação.

Nesse contexto, a UNESCO comemorou em 2010 o ano internacional para a aproximação das culturas, um importante passo em favor da diversidade e do diálogo intercultural. “Assegurar que todos os membros da sociedade têm oportunidades iguais não é apenas um requisito legal ou um argumento moral, mas também *uma necessidade para uma sociedade florescente e coesa no século XXI*”. (Comissão Europeia – Pela diversidade contra a discriminação, 2010). Essa homenagem da UNESCO nos conduz a refletir sobre a adequação da educação para a pedagogia da ação, admitindo a pluralidade como uma das maiores riquezas da humanidade.

Conclusão

Nossa preocupação, neste trabalho, foi refletir sobre os desafios face ao acolhimento e à integração das minorias étnicas na Europa, notadamente em Portugal. Essas comunidades, de certa forma, são alvo de desigualdades relativamente à população nacional. Neste sentido, debatemos sobre a origem do problema dos preconceitos étnicos, raciais e culturais que sustentam nossa sociedade. Como diria Amin Maalouf (2009), em muitos casos o Estado-nação parece não conseguir saber gerir tamanha pluriculturalidade gerada pelas comunidades estrangeiras que matizaram a composição étnica, a unidade linguística e a composição social em uma Europa multicultural.

Numa história marcada por movimentações político-espaciais, necessitamos entender que inevitavelmente conviveremos com o “diferente”. Portanto, debruçamo-nos nos conceitos de cultura, multiculturalidade e interculturalidade para discutir sobre essa diversidade. A educação intercultural torna-se uma ferramenta que nos incita a repensar sobre os mecanismos de integração e de desenvolvimento do sistema educativo, para promover o respeito às dissemelhanças e incentivar atitudes em prol dos Direitos Humanos.

Nessa direção, admitimos que o Estado português tem se empenhado para implementar, desenvolver e reconhecer as diversidades linguísticas e culturais fazendo emergir novas formas de cidadania, garantindo a aplicação dos princípios proclamados na Declaração dos Direitos Humanos como também, de acordo com a Convenção das Nações Unidas, assegurando os direitos de saúde e educação das comunidades estrangeiras (Sérgio, 2007, p. 35). Observamos que às políticas de integração e acolhimento para os imigrantes em Portugal tem evoluído positivamente nos últimos anos, onde foi destaque e premiado no ano de 2010 pelas Nações Unidas, na avaliação do MIPEX III, um estudo comparativo que

analisou as medidas relativas à integração de imigrantes em 31 países da Europa. “Portugal ocupou o primeiro lugar no *ranking* das políticas de reagrupamento familiar e em quarto lugar no acesso dos imigrantes a autorizações de residência permanentes” (SEF, 2010, p. 10).

Atualmente, o Conselho da Europa e a UNESCO tem se mobilizado para promover e desenvolver políticas e práticas que permitam às instituições, aos estudantes, professores, pesquisadores e à sociedade global a participar das diferentes modalidades de cooperação internacional educacional disponíveis, com o objetivo de cultivar o conhecimento sem fronteiras. Essas iniciativas, ao nosso ver, são muito positivas, pois possibilitam criar parcerias entre instituições, democratizar a internacionalização da educação e garantir a formação de cidadãos críticos com uma visão globalizada.

De fato, a valorização dos saberes é parte essencial do nosso trabalho, sendo fundamental e indiscutível constituir políticas de ação para a educação intercultural, assegurando o sucesso dos relacionamentos e a plena integração das minorias étnicas. Foi nossa intenção perceber como funciona a organização dos atores incorporados num espaço social comum, suas relações intergrupais, seu envolvimento com as diferenças étnicas e culturais. Pela nossa parte, julgamos ter dado a nossa contribuição para uma cultura de tolerância e da solidariedade, capaz de se alimentar do diálogo intercultural para a inclusão das diversidades.

Referências

- ABDALLAH-PRETCEILLE, M. *L'éducation interculturelle*. Paris: PUF – Presses Universitaires de France, 1999.
- ANDRÉ, J.M. *Diálogo intercultural utopia e mestiçagens em tempos de globalização*. Coimbra: Ariadne, 2005.
- ARAUJO, S.A. *Contributos para uma educação para a cidadania – professores e alunos em contexto intercultural*. Lisboa: Ministério da Educação, 2008.
- BADER, V.-M. *Racismo, etnicidade, cidadania, reflexões sociológicas e filosóficas*. Porto: Edições Afrotamentos, 2008.
- BANKS, J.A. *An introduction to a multicultural education*. Massachusetts: Allyn and Bacon, 1994.
- CARDOSO, C.M. *Educação multicultural percursos para práticas reflexivas*. Lisboa: Texto, 1996.
- COMISSÃO EUROPEIA. *Pela diversidade contra a discriminação*, 2010. Disponível em: http://ec.europa.eu/employment_social/fdad/cms/stopdiscrimination/diversity_in_the_eu/?langid=pt . Acesso em 06/09/2010.
- CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Lisboa: Fim de Século – Edições, Sociedade Unipessoal, 3ª ed., 2003.
- EAGLETON, T. *A idéia de cultura*. São Paulo: Unesp, 2003.
- FELGUEIRAS, M.L.; Vieira, C. E. *Cultura escolar, migrações e cidadania*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2010.
- GIARDINETTO, J.R.B. *Reflexões sobre o papel da escola e do ensino de matemática em tempos de globalização: multiculturalismo e/ou 'monoculturalismo'?* Universidade Católica Portuguesa de Viseu, 2000.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 11ª ed., 2006.
- HANNOUN, H. *Les ghettos de l'école pour une éducation interculturelle*. Paris: Les éditions ESF, 1987.
- MAALOUF, A. *Les identités meurtrières*. Paris: Gasset & Fasquelle, 1998.
- MARTINS, A.S. *A escola e a escolarização em Portugal – representações dos Imigrantes da Europa do Leste*. Lisboa: Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural, Ministério da Educação, 2008.
- MENDONÇA, N.A. *Pedagogia da humanização: a pedagogia humanista de Paulo Freire*. São Paulo: Paulus, 2008.
- MIRANDA, M.N.S.C. *Diferença, caminho para a igualdade: um contributo para o estudo da minoria cigana em escolas do 1º ciclo do ensino básico da zona do Porto*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1994.
- OLIVEIRA, R.M.G. *Educação básica e interculturalidade – o caso luso-brasileiro*. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2001.
- PEROTTI, A. *Apologia intercultural*. Lisboa: Ministério da Educação, 1997.
- SEF. *Relatório de imigração, fronteiras e asilo*. SEFSTAT, 2010. Disponível em: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2010.pdf . Acesso em 15/01/2011.

SÉRGIO, P.C.C. *Língua portuguesa e integração*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2007.

SILVA, M.C.V. *Diversidade cultural na escola: encontros e desencontros*. Lisboa: Colibri, 2008.

STOER, S.; CORTESÃO, L. *Levantando a pedra – da pedagogia inter/multicultural às políticas educativas numa época de transnacionalização*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

Resumo: Este artigo pretende apresentar, brevemente, os conceitos e as opiniões de diferentes autores sobre cultura e interculturalidade com o propósito de entender o papel da educação intercultural em Portugal. Esse objetivo visa pensar na educação pluricultural, não numa perspectiva de ensino, mas em uma concepção que busca integrar no comportamento de todos o respeito pelas diferenças, a fim de compreendermos o significado do encontro das diversidades e a sua repercussão no processo educacional.

Palavras-chave: Cultura; Integração; Educação intercultural e imigrantes em Portugal.

Abstract: This article intend to present briefly the concepts and opinions of different authors on culture and interculturality in order to, understand the role of intercultural education in Portugal. This objective aims to think about multicultural education, not a teaching perspective, but in a design that integrates the behavior of all respect for differences in order, understand the meaning of the encounter diversity and its impact on the educational process.

Keywords: Culture; Integration; Intercultural education and immigrants in Portugal.

Recebido em: 24/02/2012

Aceito em: 07/03/2012